



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º 2/2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**28/02/2019**

***“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.***



*Handwritten signature and initials*

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário e pela Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Regina Maria Duarte Serrano, 2.<sup>a</sup> Secretária, com a seguinte Ordem do Dia:-----

-----**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos da alínea n), do art.º. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado com o nº. 1, do art.º. 22º. e 32º. da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação e em harmonia com os artigos 15º. e 17º. e seguintes do D.L. nº. 194/2009, de 20 de agosto, da constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como, a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços – Aprovação das alterações aos documentos para a constituição.** -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação final, nos termos da alínea g), do nº. 1, do art.º. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais.** -----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação final, nos termos da alínea g), do nº. 1, do art.º. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, do Regulamento de Gestão de Resíduos do Município de Mira.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----PONTO CINCO: Aprovação da 2ª. revisão orçamental e 2ª. revisão das GOP's – Ano de 2019, nos termos preconizados da alínea a) do n.º, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO SEIS: Regulamento de organização dos Serviços Municipais do Município de Mira – alteração e criação de unidade orgânica de 3º grau e 1ª. alteração ao mapa de pessoal para 2019 - D.L. n.º 305/2009 de 23 de outubro na atual redação. -----

-----PONTO SETE: Eleição do representante do Órgão Deliberativo para fazer parte da comissão consultiva do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Mira, nos termos da alínea d), do n.º. 1, do artº. 7º., da Portaria n.º. 277/2015, de 10 de setembro.-----

-----PONTO OITO: Integração de servidão no domínio público municipal (alínea ccc), do n.º. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO NOVE: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º. 1 do artº. 25º., do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta. -----

-----PONTO DEZ: Pedido de emparcelamento dos terrenos cujo direito de superfície se encontra constituído a favor do Centro Social Paroquial do Seixo de Mira, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO ONZE: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, das Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso – ano de 2018. -----

-----PONTO DOZE: Tomada de conhecimento do anteprojeto de melhoria da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

qualidade da água – 1ª. fase (construção de Estação de tratamento de Águas – ETA, reabilitação de instalações e constituição de reservas). -----

-----**PONTO TREZE:** Tomada de conhecimento da aprovação do projeto de execução de “Fecho de sistemas de saneamento – Lote 1: ZI's, Seixo e Cabeças Verdes”. -----

-----**PONTO CATORZE:** Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2018, nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. -----

---- **PONTO QUINZE:** Descargas de efluentes sem tratamento pela estação elevatória das Cochadas – Mira / Cantanhede – Interposição de Providencia Cautelar. -----

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**-----

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira. -----

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Prof. Nelson Miranda Cadete, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Dr.ª Edite Domingues Custódio, em substituição do Dr. Marco António de Melo Santos, Sr. Mário de Jesus Manata, em substituição da Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Dr. João Luis dos Santos Marques de Pinho, em substituição da Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhana, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Enf.º Manuel Ferreira Inocência, Prof. Zélia



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Domingues Morais, em substituição do Dr. André Gomes, Sr.<sup>a</sup> Marta Sofia Cunha e Silva, Dr.<sup>a</sup> Telma Milene Magueta Salvador, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Dr. Francisco Daniel Soares Reigota; do Seixo, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e de Carapelhos, o Sr. Gabriel Miranda de Pinho.

**-----FALTAS-----**

-----Verificou-se a falta da Prof.<sup>a</sup> Clara Clemente, da Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia de Jesus Manco, do Dr. Marco António de Melo Santos, do Dr. André Gomes e da Dr.<sup>a</sup> Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira. -----

**-----HORA DE ABERTURA -----**

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e vinte minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

**---- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

---- Houve intervenção do público por parte do Dr. Ricardo Jorge da Rocha Diniz, natural de Mira. Este começou por cumprimentar todos os presentes e agradeceu o tempo que lhe foi cedido. Mais disse ter deixado esta casa há catorze anos, aquando da sua presença enquanto vogal da Assembleia Municipal. Iniciou a sua intervenção a qual se transcreve na íntegra: *"No dia 03 de janeiro de 2019, fui abordado por um vizinho visivelmente perturbado emocionalmente, informando-me que lhe estariam a cortar as árvores num terreno da sua propriedade junto à Incubadora de Empresas de Mira. Informou-me que fora apanhado de surpresa, posto que não teria vendido a madeira, e que não sabia do que se tratava. Informou-me, também, que também estariam a cortar as árvores de um terreno da minha propriedade junto ao seu.* -----

**ZONA INDUSTRIAL INFORMAL – Estrada do Matadouro. -----**

-----Em deslocação ao local, a pessoa que se apresentou como responsável pelos trabalhos de corte de árvores informou que tinha sido contratado pela Câmara Municipal de Mira para efetuar aquele trabalho. Mostrou, inclusivamente, um documento ao qual, confesso, não prestei na altura qualquer atenção, posto que me encontrava



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*absolutamente transtornado com a situação. Foi assim que tomei conhecimento da intervenção de corte de árvores ordenada pela Câmara Municipal de Mira (CMM) no meu terreno situado junto à estrada do Matadouro - Zona Industrial Informal. -----*

*-----Em 04 de fevereiro de 2019, por solicitação minha, reuni-me, conjuntamente com outro proprietário dos terrenos florestais intervencionados, com o senhor vereador Nelson Maltez e com o senhor Ângelo Lopes, nas instalações da câmara municipal de mira. Dessa reunião surgiu a confirmação que a intervenção teria sido uma decisão da câmara municipal de mira, no âmbito do determinado em diversos diplomas legais, entre os quais, a lei de orçamento de estado de 2018. Confrontados com o fato dos proprietários não terem sido notificados em prazo útil, os responsáveis da CMM responderam que a notificação teria sido efetuada por edital devido à impossibilidade em identificar os proprietários, mormente por uma impossibilidade de acesso a dados causada pela entrada em vigor do regulamento geral de proteção de dados da união europeia. Adiantaram que a CMM teria realizado uma ampla campanha de sensibilização relativamente à limpeza de terrenos florestais. Que os proprietários se encontravam obrigados por lei a permitir o acesso da empresa contratada às suas propriedades sob pena de intervenção policial e que a madeira resultante do abate das árvores existentes nos terrenos privados coercivamente intervencionados reverteria a favor da empresa contratada, como pagamento pelos seus serviços. -----*

*-----Os trabalhos na área delimitada para intervenção coerciva continuaram durante semanas, afetando outros terrenos da minha propriedade na zona, de onde foi expropriada uma quantidade considerável de madeira, no valor de largos milhares de euros, cujo destino desconheço. -----*

*-----Ressalvo que, antes e durante o processo, não fui notificado formalmente nem informado por alguma forma da decisão da CMM, nem tive direito a defesa ou contraditório julgando-me cumpridor e de boa fé. Para mais, muitos dos terrenos florestais intervencionados encontravam-se já intervencionados por empresas prestadoras de serviços de limpeza florestal, cujos serviços tinham custado centenas de euros aos proprietários. -----*

*-----Tendo contextualizado vossa exas., de forma ligeira e abreviada, relativamente ao assunto, achando não me encontrar efetivamente esclarecido relativamente à intervenção coerciva sobre terrenos privados promovida pela câmara municipal de mira.*





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quero dirigir-me ao senhor presidente da câmara municipal de mira, colocando-lhe algumas questões e dando-lhe a oportunidade de defesa e contraditório que me foi negada a priori pela câmara municipal de mira no processo. -----

-----Foi-me informado pelos responsáveis pela CMM que realizaram campanha informativa relativamente aos procedimentos de limpeza de terrenos florestais. E que foram afixadas notificações por edital genérico em diversos locais e plataformas informáticas. Questiono: -----

-----Porque é que essa campanha não resultou, não tendo chegado a mensagem aos proprietários florestais do Concelho? Entre eles dois funcionários da CMM? Porque optou a CMM por notificar os interessados por edital, quando podia, e devia tê-lo feito de forma direta a cada interessado – por carta, contacto telefónico, contacto direto, etc... - assegurando-se que estes eram, de facto, notificados? Até porque a notificação por edital é uma forma de notificação de recurso, apenas aplicável quando seja “a forma de notificação prescrita por lei ou regulamento ou quando os notificandos forem incertos ou de paradeiro desconhecido”, nos termos do art.º 112º do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Ora, nenhuma das leis que interessam à matéria (DL 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação e Lei 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018) prescrevem a notificação por edital e os notificandos eram perfeitamente identificáveis com moradas conhecidas, sendo estas informações acessíveis aos serviços da CMM, ao contrário que a CMM começou por alegar. Isto porque a CMM gere uma base de dados conhecida pelo cadastro predial, onde se encontram registados todos os prédios urbanos e rústicos do Concelho, juntamente com a identificação do seu proprietário e a sua localização. De igual modo, é falacioso o argumento que impedirá o acesso a esses dados pela CMM, seja por força do Regulamento Geral de Proteção De Dados (Regulamento EU 2016/679) da EU ou qualquer outro impedimento legal. Quanto muito, este Regulamento Geral de Proteção de Dados impediria a CMM de gerir a referida base de dados e de nela ter registados as características dos prédios do Concelho de Mira e as informações dos seus proprietários. Tendo esta base de dados na sua posse e sob sua gestão, poderá e deverá usá-la a bem do bem do superior interesse público e a bem da salvaguarda dos direitos e garantias dos seus munícipes, promovendo o Estado de Direito democrático. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----A respetiva identificação dos proprietários poderia, e deveria ter sido solicitada à AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA, a qual, se encontra obrigada a fornecer os dados por força do disposto na LEI GERAL TRIBUTÁRIA e NO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO. Apenas seria necessário à CMM estabelecer protocolo com a AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA para o efeito. Pelo que, questiono: tendo em conta as evidências, o que levou os serviços da CMM a optar pela notificação por edital, uma forma de notificação falível e de recurso, cujo uso não assegura minimamente a efetiva notificação dos interessados? Porque tem vindo a CMM a alegar não ter acesso à identificação dos proprietários dos terrenos intervencionados quando, de fato, tem e esta informação lhe é acessível? (CADASTRO PREDIAL /AVERIGUAÇÕES FISCALIZAÇÃO /CONTACTO COM A POPULAÇÃO / AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA e.g.) Porque não celebrou ainda a CMM protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira para recolha da identificação de proprietários de terrenos florestais em incumprimento? Enfim, porque decidiu a CMM por uma forma de notificação que nunca poderia ser usada nos termos em que foi, sendo nula? Mais, porque não foram respeitados os prazos legais para notificação e pronúncia dos interessados nos termos do art.º 86º do CPA? (prazo geral 10 dias) que torna AINDA MAIS nula (perdoem-me a hipérbole), a já nula por vício de forma notificação por edital? Porque se fingiu cumprir o dever de comunicação previsto no n.º 3 do art.º 153 (prazo 5 DIAS para resposta) em forma de edital genérico? Um edital não é uma forma de comunicação. Edital é uma falácia, um logro, uma máscara administrativa para a falta de cuidado e de respeito pelos interessados. -----

-----Relativamente ao processo da CMM de intervenção coerciva em terrenos florestais privados: (Que tive dificuldades em consultar nos dias 27 e 28/02/2019 por vários obstáculos colocados pela Divisão Jurídica e pela DIVISÃO de PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO e AMBIENTE da Camara Municipal de Mira. E cuja consulta apenas me foi permitida após intervenção direta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mira, a quem agradeço o gesto). Porque não existe qualquer cota, juntada ou relatório sobre locais e datas da afixação das alegadas notificações por edital? Onde, quando e durante quanto tempo foram afixados os alegados editais? Porquê um processo de elevado interesse público e de elevada responsabilidade, com privação coerciva de direitos a um conjunto alargado de munícipes, não se encontra





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*devidamente ordenado e numerado, impedindo a sua alteração ou adenda a posteriori? Porque não consta o contrato de adjudicação do serviço e atribuição da posse de madeira cortada a uma empresa privada no processo? Porque não existe qualquer informação prévia/avaliação para memória futura/peritagem dos terrenos a intervencionar para memória futura? Como pode a CMM alegar o incumprimento dos deveres dos proprietários e avançar com o procedimento sem esta informação prévia/avaliação para memória futura/peritagem dos terrenos? -----*

*----- Relativamente a esta matéria, informo Vossas Exas. que muitos dos terrenos florestais intervencionados coercivamente tinham sido já limpos por iniciativa dos proprietários, que contratam empresas dedicadas à atividade para o efeito. E que nesses terrenos se encontravam, antes da intervenção coerciva, pinheiros, acácias, eucaliptos e árvores de outras espécies, algumas queimadas, mas muitas ainda vivas, conforme poderei comprovar a Vossas Exas. com recurso a diversos testemunhos, a perícias ao que resta das árvores e ao registo fotográfico que tratei de recolher. A madeira destas centenas/milhares de árvores têm um valor de largos milhares de euros que, recorde, foram retiradas ostensiva e coercivamente aos seus proprietários e entregues a uma empresa privada. -----*

*-----Pelo que, questiono: foi efetuada uma avaliação prévia/peritagem/avaliação da madeira a intervencionar? Se sim, onde está? Se não, porque não foi feita? Existiu ou existe uma relação da madeira a intervencionar e sua quantificação unitária e monetária? Sabe Vossa Exa. qual o valor de mercado da madeira expropriada (e uso o termo expropriada para não usar um mais gravoso, pois a figura de expropriação nunca poderá ser aplicada no caso) aos proprietários e entregue a uma empresa privada? O valor é proporcional e adequado ao serviço prestado pela empresa? Existe um registo desse valor, ainda que aproximado, em caso de necessidade de compensação por necessidade judicial ou ética aos lesados? Tendo em conta que, de acordo com a legislação referida, a intervenção em terrenos florestais teria critérios legalmente estabelecidos: FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NA REDE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, com distâncias previstas de: - 5 metros à extrema da propriedade; - 10 metros à via de circulação pública; - 100 metros de agregado populacional; - 125 metros na rede primária. Questiono: porque foi cortada a totalidade das árvores existentes na área intervencionada, incluindo árvores queimadas, chamuscadas, vivas, dentro e fora*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*das faixas de gestão florestal previstas por lei, tendo apenas restado de pé algumas pequenas “ilhas” de árvores junto à estrada e umas quantas árvores de espécies protegidas? Porque foram cortadas árvores fora da zona prevista intervencionar, cuja localização das áreas apenas se encontra no sistema informático da CMM e, miseravelmente, em mapas anexos ao edital 94/2018, onde o território total do concelho de mira se encontra representado numa folha tamanho a4 e estas faixas são minúsculos riscos coloridos dispersos pelo mapa? Procederam os serviços da CMM à fiscalização dos trabalhos de intervenção das áreas intervencionadas pela empresa privada durante essa intervenção? É ou não verdade que a CMM e a empresa a quem foram adjudicados os trabalhos já se encontram a proceder a indemnizações a proprietários a quem a sua madeira foi cortada indevidamente? Vai vossa exa. chamar todos os proprietários lesados e restabelecer a decência por iniciativa própria, convocando os proprietários, informando-os e ressarcindo-os? Até porque muitos proprietários podem não ter ainda conhecimento dos factos e outros não conhecerão os seus direitos. Gostaria também de questionar sobre prioridades de intervenção: é ou não verdade que o incêndio da Cova da Serpe e Mira, de 15/10/2017, incidiu maioritariamente em floresta do domínio público. E que a Floresta do domínio Público se encontra sob alçada do Município e supervisão do INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E FLORESTAS? Porque se iniciou a limpeza de faixas de gestão combustível através de intervenção ostensiva e coerciva sobre terrenos privados quando há tanta floresta do domínio público negligenciada? E em zonas mais sensíveis em caso de incêndio? (ORBITUR, Parque Campismo Municipal, Redes Viárias Norte/Sul Interior/Litoral do Concelho, e.g.)*

**CONCLUSÃO:** os proprietários dos terrenos intervencionados foram vítimas por três ocasiões: Incêndio 15/10/2017; Histeria legislativa sobre incêndios, que potenciou a especulação e cartelização de preços das limpezas de terrenos florestais por empresas formais e informais. Preços até quatro vezes superiores aos praticados anteriormente.

**Urgência no Corte – Ameaças de procedimento contraordenacional; Intervenção coerciva da CMM sobre terrenos privados com expropriação de madeira e sua entrega a empresa privada. Sem aviso prévio eficaz. Sem notificação ou comunicação efetiva, violando os mais básicos princípios legais na matéria. Sem direito a pronúncia prévia, defesa ou contraditório, violando os Direitos Liberdades e Garantias dos interessados. Pelo que, faço um desafio ao senhor Presidente da CMM: promoção de uma reunião**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*com todos os interessados, a convocar para o efeito para avaliação do procedimento e apuramento dos factos para eventual ressarcimento de TODOS os lesados. Pretende-se um compromisso do Senhor Presidente da CMM: alteração do procedimento da CMM relativamente à intervenção gestão de faixas florestais e qualquer outra matéria e que a CMM se coiba de intervencionar propriedades privadas e entregar a propriedade de privados a terceiros sem garantia de cumprimento de todos os requisitos legais e respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos interessados, assim como, absterem-se os serviços da CMM de cometerem abusos e atropelos como os que narrei.”-----*

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (EM RESPOSTA À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO) -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** em resposta ao Dr. Ricardo Diniz, ao qual agradeceu a intervenção cívica e, mais disse aceitar, desde esse momento, o desafio de reunir com todos os proprietários, assim como, o de rever e analisar a metodologia, acrescentando que, naquele momento, aquando da limpeza das bermas das estradas já tinham começado a adotar uma nova metodologia. Mais referiu que o Executivo estaria sempre disponível para dialogar com todos os proprietários. Salientou, porém, que, no imediato, não admitia culpa ou inocência, mas sim, total disponibilidade para se ir analisando, caso a caso, o que de facto teria acontecido, assumindo a culpa ou a inocência, se fosse caso disso e que estariam presentes para esclarecer, da melhor forma, todos os interessados. -----

---- Continuou, dando nota de duas situações, sendo que a primeira dizia respeito à floresta como sendo do domínio público, logo, a sua gestão era da competência do ICNF, se bem que tem havido, por parte do Município, pressão para que se procedesse, o quanto antes, às ações de limpeza e corte. Relativamente à segunda situação, salientou que os processos sempre estiveram e estariam disponíveis para consulta. -----

---- Concluiu a sua intervenção assumindo a sua disponibilidade, assim como, a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

do Executivo para resolver esta situação e para assumirem o que for da sua responsabilidade e acrescentou ser de elementar justiça esclarecer o que teria acontecido. Posto isto, reiterou a sua vontade de reunir com todos os interessados para, através do diálogo e, de forma democrática, apurar responsabilidades. Mais esclareceu que responderia a todas as questões colocadas pelo munícipe, ou por escrito ou em contexto de reunião, mas só após ter averiguado o que realmente se teria passado e também, devido ao número de questões e ao carácter técnico das mesmas, não poderia responder de imediato. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** clarificou que o Regimento da Assembleia Municipal era claro e que após a intervenção do público se seguia a resposta imediata do Sr. Presidente da Câmara, a qual se verificou, uma vez que o mesmo aceitou o desafio principal de se reunir com todos os proprietários, facto este que a todos deixou mais tranquilos, visto tratar-se de um assunto deveras complicado de resolver. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS** -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que, por motivos alheios à vontade dos funcionários, não existiam atas a aprovar, assim como, não havia registo de expediente a comunicar. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

---- **1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS), iniciando por saudar todos os presentes. De seguida, questionou sobre o acrescento do ponto quinze na ordem de trabalhos, até porque, afinal de contas, o Executivo Municipal tinha o direito



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de escolha, até ao dia da reunião, podendo colocar em apreço os assuntos que bem entendesse e, nesse caso concreto, tinha escolhido catorze pontos, acrescentou mais um e deixou de parte um dos assuntos mais importantes que o Concelho de Mira teria de avaliar, discutir e ter conhecimento de causa sobre o mesmo, o qual, no seu entender passou em branco nessa ordem de trabalhos. Mais concretizou ao dizer que o assunto em causa era o empréstimo municipal que o Executivo se preparava para fazer nos próximos tempos. Acrescentou bem saber que teria de ser como tomada de conhecimento, logo, não tinha de ser deliberado qualquer matéria dessa ordem, assim como, bem sabia que, futuramente, esse assunto, caso fosse aprovado e legitimado, teria de vir à Assembleia Municipal, mas, considerava que fazia todo o sentido abrir-se uma discussão pública sobre matérias importantes, de gestão para o Concelho de Mira. E, a Assembleia Municipal, sendo avisada atempadamente, poderia iniciar essa mesma discussão. Posto isto, manifestou a sua estranheza em relação ao facto desse assunto não estar plasmado na ordem de trabalhos do dia. Contudo, a sua estranheza não era total, até porque, algum assunto que fosse incómodo para este Executivo era passado por cima e faziam de conta que este não existia, pese embora este existisse e fosse real. Mais disse que o Executivo podia dar todas e mais algumas justificações, mas seria inevitável a sua discussão em praça pública, assim como, nos fóruns para os quais tinham sido eleitos. Terminou, essa primeira parte da sua intervenção, solicitando ao Sr. Presidente mais informação sobre esse assunto, para que assim pudesse perceber melhor qual a sua perspetiva pois, apesar de já ter estado na anterior reunião de câmara e ter ouvido, em parte, as suas explicações, não estava completamente esclarecido e informou que, quanto a esse assunto, tinha uma perspetiva bem diferente daquela que o Sr. Presidente de Câmara manifestou na referida reunião de Câmara.-----

---- Quanto a assuntos mais concretos, salientou a falta de resposta a ofícios, assim como, a esclarecimentos que apresentou, tanto a nível pessoal, como na





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualidade de cidadão ou na qualidade de representante da Junta de Freguesia da Praia de Mira e nos locais para os quais foi eleito e que ficou sem resposta. Uma dessas situações reportava-se a um requerimento dirigido à Sra. Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, à data de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, em reunião do CLAS, e que até ao momento atual não tinha obtido resposta. Mais acrescentou que tinham obrigação de responder. -----

---- Referiu ainda existirem vários ofícios, assim como, correspondência, entregues nos serviços da Câmara Municipal de Mira, tais como, a cedência do espaço do mercado velho da Praia de Mira, os quais continuavam sem resposta. Perante isso, declarou que não lhe restava outro caminho a percorrer que não o da vertente judicial, para obter resposta para as mesmas, pois, considerava incompreensível esta falta de comunicação. -----

---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho (PSD)**, saudando todos os presentes e questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se já teria tomado algumas medidas e, se sim, quais foram, sobre a rua 31 de Dezembro e a rua da Fonte, em Carapelhos, pois estavam a precisar de ser intervencionadas. Mais disse já lá terem ido os técnicos avaliar. -----

---- Inquiriu para quando estava previsto o saneamento para os Carapelhos. Concluiu a sua intervenção, perguntando para quando uma intervenção de melhoramento e embelezamento do largo da feira de Portomar, assim como, da rotunda de acesso à via rápida e à Herdade do Lago Real, na Lagoa, à imagem do que se tem vindo a fazer noutras rotundas, nomeadamente, nos Leitões. -----

---- Interveio o Sr. Dr. **Artur Fresco (PSD)**, que seguindo a mesma linha da intervenção do Sr. Gabriel Pinho, quanto à questão do embelezamento das rotundas, com o qual concordava plenamente, frisando que o largo da feira de Portomar necessitava de uma intervenção de fundo e informou que, tanto quanto sabia, uma parte desta já estava programada, mas sugeriu que se repensasse a localização da parte da restauração, pois o serviço de refeições estendia-se para a parte da tarde, logo, as casas de banho serão necessárias junto a esta zona.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Posto isto, apresentou duas alternativas. A saber: ou se relocizava a parte da restauração para perto das casas de banho já existentes ou devia equacionar-se a construção de novas casas de banho junto desse espaço. Mais considerou que também a banca de peixe deveria ser repensada, uma vez que a atual se encontrava de frente para o sol. De seguida chamou a atenção para dois pontos que considerava importantes. O primeiro dizia respeito à construção da ponte pedonal do Casal de São Tomé e que ardeu no incêndio de 2017. Quis saber se a sua recolocação estaria para breve, pois, aquando desta, dever-se-ia ter em atenção as árvores de grande porte (austrálias e eucaliptos) que também arderam e que se encontravam situadas junto à ponte e a pender para a vala, sugerindo que se retirassem, sob pena de posteriormente partirem e danificarem a ponte recém colocada. -----

---- Quanto ao segundo ponto, chamou a atenção para a rua Bernardino Machado, na Valeirinha e para a rua dos Combatentes da Grande Guerra, na entrada do Cabeço de Mira, pois ambas sofriam com o aluimento de terras para a parte dos passeios, ocupando a quase totalidade dos mesmos, fazendo com que os transeuntes se tivessem de desviar para a estrada nacional N.º 109, o que constitua uma grande perigo, logo, era necessário intervir. -----

**-----Fim da primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----**

**-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----**

-----Iniciou a sua intervenção respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Dr. Francisco Reigota e em relação ao tema do empréstimo, esclareceu que este terá de ser autorizado pela Assembleia Municipal e que o que tinha sido levado a reunião de câmara foi apenas e só, uma autorização de consulta ao mercado, com vista a contrair um empréstimo, sendo que a decisão final de aprovação do mesmo competia à Assembleia



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal. Mais disse terem equacionado acrescentar esse ponto à ordem de trabalhos, embora tivessem chegado à conclusão que o mesmo não era necessário, uma vez que no ponto cinco da presente ordem de trabalhos se discutia a segunda revisão e alteração às GOP's e ao PIP, momento no qual entraria o assunto empréstimo. Então, chegando a esse ponto, esclareceu que estaria disponível para discutir tudo o que a este dizia respeito e, por isto, considerou que não era necessário o acrescentar de mais um ponto subordinado a este assunto. -----

---- Quanto à falta de resposta aos ofícios disse estar recetivo para agendar reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, embora não fosse tarefa fácil, tendo em conta os compromissos de ambos. -----

---- Mais solicitou ao Sr. Dr. Francisco Reigota que compilasse todos os ofícios que lhe tinha dirigido e assim, teria todo o gosto em lhe responder. Quanto ao ofício dirigido à Sra. Vereadora, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, este será respondido aquando da próxima reunião do CLAS. -----

---- De seguida, respondeu às questões apresentadas pelo Sr. Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos e começou por dizer que, em relação à feira de Portomar, estavam a estudar e a preparar uma intervenção nessa área, a qual estava bastante degradada, pese embora já se tivessem feito algumas intervenções. -----

---- Quanto ao arranjo e embelezamento das referidas rotundas, este estava equacionado, mas ainda não tinha surgido oportunidade. Mais referiu ter tomado nota da situação referente às supracitadas ruas. -----

---- Informou que a ponte pedonal já estava adjudicada, portanto, o contrato estava assinado e contavam iniciar a obra no mês de março do corrente ano. O assunto das árvores era da competência do ICNF e por isso, iriam falar com esta entidade, não só por esta questão, mas também por causa das raízes das árvores, levantadas pela tempestade Leslie, junto à pista, as quais, juntamente com alguns cepos, davam um aspeto descuidado. Mais disse que os serviços da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

câmara municipal se disponibilizaram para o fazer e que já estava marcada uma reunião com esta entidade, em Lisboa, na qual se irá propor a sua remoção e saber qual o seu destino final. Assim, salientou que, tanto pelo embelezamento, como principalmente pela segurança, era um trabalho que devia ser feito o quanto antes. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

----**2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

---- Interveio o Sr. **André Monteiro (MAR)** que cumprimentou todos os presentes. -----

---- Iniciou fazendo alusão à intervenção pública do munícipe Ricardo Diniz e referiu ser preocupante a forma como a informação sobre a limpeza das faixas de gestão tinha sido veiculada, considerando-a insuficiente. Mais disse que se deveria investir mais na transmissão deste tipo de informação, de forma a que esta chegasse a toda a população. -----

---- Questionou qual a razão das bancadas da Piscina Municipal estarem fechadas. Quis também saber sobre o controlo de acesso e o porquê dos torniquetes não estarem em funcionamento e, conseqüentemente, não haver registo de entradas. -----

---- Mais referiu ser um bom sinal o facto de já se ter falado com o ICNF, na tentativa de resolver o problema das árvores, junto à pista ciclo pedonal. -----

---- Ao referir-se à época balnear, inquiriu se já a estariam a preparar e lembrou que era necessário tratar deste assunto com tempo, para que estivesse tudo pronto assim que necessário. Como por exemplo, se já teriam alguma solução para o problema do estacionamento das autocaravanas. -----

---- Terminou a sua intervenção solicitando resposta a um requerimento do MAR, apresentado naquela Assembleia, em setembro de 2018. -----

---- Interveio o Sr. **Hugo Gomes (PS)** que cumprimentou todos os presentes. ---



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Iniciou questionando sobre a construção do canil municipal e se já teria havido alguns avanços nesse sentido. Mais inquiriu sobre quais as medidas previstas e o que se tinha vindo a fazer até esse momento pelo Executivo Municipal, dentro das suas possibilidades ou competências, para travar o avanço do mar. -----

---- Terminou dizendo que considerava infeliz a resposta do Sr. Presidente da Câmara relativamente à intervenção do público, pois tinham ficado por responder algumas questões muito importantes. -----

---- Interveio a Sra. **Zélia Moraes (PS)** que cumprimentou todos os presentes. --

---- De seguida, solicitou que lhe fosse facultado, por escrito, a lista da autarquia com as habitações ardidas aquando do incêndio de 2017. Pediu também, para devido conhecimento, a enumeração, com destaque, das casas que viram aprovados fundos estatais, autárquicos ou outros, para a sua recuperação, construção ou reconstrução. -----

---- Interveio o Sr. **Carlos Nora (PS)** que cumprimentou todos os presentes. ----

---- Iniciou parabenizando o Clube Domus Nostra, no seu executivo, pelo brilhantismo, transversal a todos os escalões, o que refletia o excelente trabalho que têm vindo a desenvolver. Referiu também que o facto de a Câmara Municipal apoiar esta associação era muito bom, pois esta envolvia muitos jovens. -----

---- Seguidamente manifestou o seu agrado por o grupo parlamentar do PSD e o Executivo terem aproveitado, de alguma forma, a ideia que tinha deixado, numa anterior sessão da assembleia, relativamente à requalificação da feira de Portomar. Mais disse ser de extrema necessidade uma intervenção de conservação e reparação no Centro Cultural e na loja, ambos na Praia de Mira, pois o seu avançado estado de degradação era evidente. -----

---- Terminou a sua intervenção reportando-se ao assunto das rotundas, nomeadamente à dos Leitões e à reposição do logotipo, alertando para que se tomassem todas as precauções, no que dizia respeito à sua estrutura e colocação, visando primordialmente a segurança e de forma a evitar problemas





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maiores no futuro. -----

---- Interveio o Sr. **Paulo Grego (PS)** que cumprimentou todos os presentes. ----

----Começou, dirigindo-se diretamente ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e realçou apenas se tratar duma sugestão, a qual, mesmo dentro da sua bancada, não era consensual, ou melhor, era uma opinião pessoal relativamente à marcação e à hora das sessões da assembleia, pois considerava que estas iniciavam tardiamente e que se alongavam muito no período de antes da ordem do dia. Mais disse que, quando se iniciava o período da ordem do dia, este sim, importante, já todos estavam cansados. Posto isso, sugeriu que se voltasse ao sistema da rotatividade, ou seja, umas reuniões ao final da tarde, outras ao início, considerando ser este o meio mais eficaz, até porque o método atual onerava os custos para a câmara, os funcionários tinham de fazer horas extraordinárias e os senhores Vereadores poderiam ocupar-se com outros afazeres, igualmente importantes. -----

---- Concluiu, referindo-se às faltas justificadas dos Srs. Deputados, tratando-se do expediente que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tem gerido e bem, mas, a substituição por menos de trinta dias, no seu entender, parecia-lhe estar a ultrapassar o aceitável, até porque, uma substituição por um período inferior a trinta dias não era uma suspensão até um ano, nem uma renúncia. Posto isto, considerava que se estava a confundir as duas noções e sugeriu que, se havia deputados que, repetidamente, não compareciam, era necessário saber se estes pediram a suspensão ou se renunciaram, para assim proceder à sua substituição e conseqüentemente, a tomada de posse pelos novos elementos. -----

-----**Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu o Sr. Deputado Paulo Grego, assinalando que a Mesa da Assembleia nada tinha a opor à proposta de alteração de horário, acrescentando que o grande problema se prendia com o facto da quantidade de pontos da ordem do dia. Assim, ter-se-ia que ter em conta que, quando esta for muito extensa, as sessões da Assembleia deviam ser marcadas para mais cedo.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Em resposta à intervenção da Sra. Deputada Zélia Morais disse que, e no exercício das suas funções, apenas poderia passar a proposta, sob ofício assinado pela Mesa da Assembleia, diretamente ao Sr. Presidente da Câmara para que este respondesse. -----

---- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.-----

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pelo Sr. Deputado André Monteiro e reportando-se à histeria legislativa, informou que numa reunião da Comunidade Intermunicipal, que contou com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna, na qual, muitos colegas seus e o Sr. Presidente também, achavam que se devia fazer uma nova comunicação aos proprietários de terrenos florestais, uma vez que nesse momento, o que acontecia era que as pessoas, com o passar do tempo, esqueciam os problemas que houve e os que o incendio causou e, algumas delas, não cumpriam com a lei. Mais disse ser muito aborrecido fazerem-se sessões de esclarecimento, amplamente divulgadas e depois, a assistência era muito reduzida. Assim, podiam concluir que as pessoas não estavam interessadas, nem queriam ser esclarecidas. Mais disse que, nesse momento, tinham decidido, com o intuito de informar, enviar juntamente com a fatura da água uma nota explicativa, com orientações de como proceder. Contudo, todo esse esforço de nada servirá se não houver um empenhamento por parte de todos, na transmissão da informação. Salientou, porém, que estas sessões de esclarecimento continuavam a acontecer. -----

---- Quanto ao assunto da bancada da Piscina Municipal e segundo informação da Sra. Vereadora Madalena Santos, informou que o seu encerramento foi devido a um problema de infiltrações, o qual já tinha sido resolvido. -----

---- Relativamente ao não funcionamento do controlo de acesso aos balneários



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Piscina Municipal, este devia-se a um problema relacionado com a sua configuração, o qual estavam a tentar resolver. -----

---- Em resposta ao assunto da época balnear, frisou que esta estava a ser preparada e inclusive, se iria agendar uma reunião com todos os intervenientes, nomeadamente, Juntas de Freguesia, GNR e Bombeiros, por forma a prepará-la da melhor maneira. Mais informou que, internamente, tinham começado a elaborar o plano de praia, em termos de segurança, acessibilidades e já tinham feito a candidatura à Bandeira Azul. -----

---- Com relação ao canil municipal, referiu que o processo estava em andamento e bem encaminhado, pois já tinham ido à Direção Regional de Veterinária, a qual lhes deu luz verde para a estrutura do canil. Mais informou já terem submetido, na devida plataforma, todos os pedidos de parecer à CCDR e ao ICNF, assumindo o próprio que, acerca de algum tempo, tinha estado na CCDR por causa da localização do referido canil, pois tratava-se de uma área abrangida pela REN. Posto isto, informou que se estava à espera dos pareceres e, quanto ao projeto, este estava concluído, pese embora faltassem algumas especialidades. Acrescentou que quando chegarem os pareceres positivos e se tiver todas as especialidades prontas, estariam em condições de abrir concurso público para a execução desta infraestrutura. Quis ainda realçar as reuniões regulares com a “associação” Abrigo de Carinho, nas quais era feito o ponto da situação em relação a este assunto. -----

---- Quanto ao avanço do mar e depois do sucedido, informou já terem estado no local elementos da Agência Portuguesa do Ambiente e inclusive, o Sr. Vice-Presidente da mesma, com o objetivo de verificação in loco, como ponto de partida para a apresentação de soluções e de as mesmas serem executadas. --

---- Com respeito à intervenção da Sra. Deputada Zélia Morais, assumiu que se iria responder por escrito à sua pretensão. -----

---- Em relação ao assunto das rotundas, disse que na dos Leitões estava tudo a correr dentro da normalidade, no que respeitava à colocação do logotipo e



ne

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

explicou que os serviços técnicos da Câmara Municipal lhe tinham assegurado que este ficaria bem seguro. -----

---- De seguida, referiu que os edifícios municipais requeriam, de quando em quando, intervenções de conservação e de manutenção. Assim, também o Centro Cultural e a lota, ambos situados na Praia de Mira, iriam ser intervencionados. -----

---- Quanto ao Clube Domus Nostra, disse subscrever na íntegra as palavras do Sr. Deputado Carlos Nora, até porque tinha conhecimento pessoal das atividades desenvolvidas, pois convivia diariamente com o trabalho desenvolvido por esta associação. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para uma nova ronda de intervenções.-----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

---- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** (PS), referindo que iria dirigir-se diretamente ao Sr. Presidente da Câmara e ao Seu Executivo. Assim, relativamente às verbas resultantes da venda de pinheiros ao ICNF, quis saber sobre a percentagem que pertencia ao Município, acrescentando que a mesma esteve retida durante vários anos, devido ao processo relativo aos baldios da Praia de Mira. Mais informou saber da disponibilidade destas verbas e, por isso, inquiriu se a Câmara Municipal já tinha recebido as referidas verbas e se sim, qual foi o valor da quantia recebida. -----

---- De seguida, referiu-se a uma intervenção sua, proferida há algum tempo, e que dizia respeito à vala Real, ou melhor, a todas as valas de acesso ao sistema hídrico da Praia de Mira, as quais continuavam a ter inúmeras árvores caídas, o que causava inúmeros problemas. Assim, quis saber em que ponto se encontrava esta situação. -----

---- Em relação à rua Osso da Baleia, na Praia de Mira, afirmou que lhe tinha sido respondido que em maio de 2018 iria iniciar-se a obra total, mas era certo que, neste momento, a obra ainda não estava terminada. Posto isto, solicitou



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecimentos sobre o mesmo. -----

---- Em continuação, informou terem recebido, nos serviços da Junta de Freguesia da Praia de Mira, um edital do Instituto dos Registos e do Notariado, o qual dizia *“Finalidade do Procedimento – Justificação Administrativa dos Direitos para efeitos de Registo Predial, especificação do direito de aquisição do direito de propriedade sob a totalidade do imóvel. Número de ficha 3296.”* Acrescentou tratar-se de um terreno de 37 hectares, 3370 mil metros<sup>2</sup>, inscrito na matriz rústica da freguesia da Praia de Mira. Posto isto, solicitou ao Executivo Municipal informação complementar. -----

---- Para concluir, reportou-se a uma comunicação de um habitante da Praia de Mira, o qual lhe pediu que questionasse sobre a estrada do lago do Mar, a qual tinha sido recentemente asfaltada, inquirindo se esta intervenção ainda estaria dentro da garantia, pois já apresentava um elevado estado de degradação. Assim, quis saber o que o Executivo pensava fazer. -----

---- **Finda a terceira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**3.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara que começou por responder às questões colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira.

---- Em relação às verbas disponibilizadas pelo ICNF, respondeu que, ao fim de uma árdua e longa batalha, o Município, em novembro de 2018, tinha recebido cerca de 80 mil euros. -----

---- Quanto à limpeza da vala Real, ou melhor, de todas as valas de acesso ao sistema hídrico da Praia de Mira, assegurou que estas iriam ser limpas, aliás, já se tinha iniciado esse trabalho, esclarecendo que a limpeza das margens iria ser feita através de dois programas diferentes, o Plano de Desenvolvimento Regional e o outro será através da Agência Portuguesa do Ambiente, pelo Fundo





NC

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ambiental. Mais disse ir também iniciar-se a limpeza do açude. -----

---- Relativamente à rua do Osso da Baleia, esclareceu que estavam a ponto de assinar o contrato e assim, iniciar os trabalhos. -----

---- Com relação à questão do edital, assumiu que este era da responsabilidade da Câmara Municipal e esclareceu tratar-se do processo de registo do terreno, a favor da Câmara Municipal de Mira, do empreendimento turístico sul, chamado zona B, de 37 hectares, ubicado junto ao campo de futebol do Touring. -----

---- Quanto à estrada do lago do Mar, assegurou ir averiguar sobre a garantia da obra e, se for caso disso, procederiam à reclamação. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): -----

-----**PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Dr. **Paulo Grego** (PS) e referindo-se ao relatório, perguntou se alguém o teria lido, porque, no seu entender, depois de ler a página 40 e a 41, teve vontade de não continuar, pois existiam erros a mais, nomeadamente, no que se referia aos gráficos. -----

---- Mais referiu que, olhando diretamente para o relatório e pelo que conseguia perceber, preocupava-o, embora a certificação lá estivesse, fosse válida e aceite, o aumento em 100% dos compromissos a pagar, em período homólogo, de janeiro a janeiro de 2018 para 2019, assim como, o preocupava de igual forma, o aumento de 300 mil euros de dívida a fornecedores, também em período homólogo e, na evolução dos pagamentos em atraso era também muito preocupante a evolução, quer de 31 de dezembro para 31 de janeiro, assim como, de 31 de janeiro de 2018 para 31 de janeiro de 2019. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Mais disse e reforçou que, após a figura 29 desse quadro, estava a explicação para esse desfasamento, com o Portugal 2020 e com o atraso na transferência de fundos e com o investimento que a Câmara Municipal de Mira teve de fazer em infraestruturas, devido aos acontecimentos que transformaram o Concelho, mas, frisou começar a ser repetitivo por demais, a mesma desculpa, sendo certo parecer-lhe que havia algo ligeiramente fora de controlo. -----

---- Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) que iniciou a sua intervenção corroborando as palavras do Sr. Deputado Paulo Grego, no que se referia às páginas 41 e 42, pois era deveras notório a discrepância de valores do período homologado de janeiro de 2018 a janeiro de 2019, considerando pouco esclarecedora a justificação constante no documento, quanto à abordagem diferente, pois, se esta tinha mudado, porque não mudaram e normalizaram os valores anteriores. -----

---- De seguida, questionou sobre os contratos com ajuste direto, nomeadamente, na página 22 do referido relatório, cartografia homologada, aquisição de serviço de execução, no valor de 66 mil euros e inquiriu de que se tratava, uma vez que tinha conhecimento de que o levantamento cadastral estaria quase completo. -----

-----**Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):** -----

----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** em relação ao quadro da página 27 e aos compromissos por pagar, referiu que o esclarecimento, a explicação estava plasmado no relatório, mais dizendo que, inicialmente, os compromissos a pagar à empresa Águas do Centro Litoral e à ERSUC não eram contabilizados, mas, a partir de 2016 este facto mudou e, nesse momento, eram contabilizados. Mais disse que, no corrente ano, como mandavam as boas regras e as boas práticas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da contabilidade e do serviço contabilístico, e também, porque foi uma das recomendações emanadas do auditor de contas, que se contabilizassem as despesas com o pessoal, pois, de outra forma, era incompreensível a existência desse valor. -----

---- Em relação à dívida a terceiros, esclareceu que esta já tinha diminuído e, consequentemente, os compromissos a pagar também tinham reduzido, dizendo ser de manter essa tendência de redução. Mais disse já terem começado a receber alguns fundos comunitários referentes ao incêndio de 2017, tratando-se de cerca de 280 mil euros. -----

---- Em resposta ao Sr. Deputado André Monteiro e quanto à questão da cartografia, esclareceu que esta nada tinha que ver com o cadastro, mas sim, com uma cartografia atualizada de todo o nosso território, visando a revisão do PDM, a qual teria de ser homologada pela Direção Regional do Território e tinha de ser um trabalho desenvolvido por técnicos e empresas especializadas. Posto isto, acrescentou que se tratava de uma despesa que tinha de ser feita e, consequentemente, um valor que tinha de ser pago, realçando tratar-se de um processo bastante importante para o nosso Concelho, até porque já não se fazia uma revisão do PDM há muitos, muitos anos. -----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. -----

----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos da alínea n), do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, conjugado com o nº. 1, do artº. 22º. e 32º. da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, na atual redação e em harmonia com os artigos 15º. e 17º. e seguintes do D.L. nº. 194/2009, de 20 de agosto, da constituição de empresa intermunicipal (Município de Mira, Município de Montemor-o-Velho e Município de Soure) e integração do Município de Mira na mesma, bem como a agregação dos serviços de água, saneamento e outros serviços – Aprovação das alterações aos documentos para a constituição.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção recordando que este assunto da Empresa Intermunicipal já tinha estado presente numa anterior sessão desta mesma Assembleia, em vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito e as deliberações daí resultantes e todo o processo a essas referente tiveram de ser submetidas a parecer da ERSAR, o qual foi positivo, contudo, fez uma série de recomendações, nomeadamente, que o Município de Mira saísse do sistema Intermunicipal, anteriormente denominado de Águas do Mondego, do abastecimento de água, porque em termos de legislação houve vários decretos, emanados pelo Governo e que constavam no sistema de abastecimento. Mais disse haver ainda uma série de questões que tiveram de ser corrigidas, nomeadamente, os Estatutos, as questões dos suprimentos e as questões dos custos, pois estes terão de ser vinculativos a cinco anos, as iniciativas estratégicas que tinham de ser vinculativas a quinze anos, assim como, o plano de investimento também teve de ser revisto. Acrescentou haver uma recomendação que, na sua opinião era digna de destaque, pois atribuía mais força e mais importância a este modelo de gestão e à sua necessidade de implementação, sendo esta a racionalidade económica, pois o Município de Mira possuía uma insuficiência muito grande na cobertura de gastos, segundo o ponto de vista da ERSAR, e que nas suas recomendações, esta tinha sido apontada. -

---- Concluiu dizendo que o que se apresentava era, no fundo, um acertar de todas as recomendações da ERSAR, assim como, todas as correções aos seus documentos técnicos. Teve tempo ainda para deixar uma palavra de apreço à C.T.I. - Comissão Técnica Independente – constituída por dois ou três técnicos de cada município e que, há alguns meses largos têm reunido todas as semanas para discutirem todas estas questões, a par com os consultores, com o objetivo de prepararem todo o processo, devidamente corrigido à luz das recomendações da ERSAR, para apresentar ao Tribunal de Contas. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

-----O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção recordando que este assunto da Empresa Intermunicipal já tinha estado presente numa anterior sessão desta mesma Assembleia, em vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito e as deliberações daí resultantes e todo o processo a essas referente tiveram de ser submetidas a parecer da ERSAR, o qual foi positivo, contudo, fez uma série de recomendações, nomeadamente, que o Município de Mira saísse do sistema Intermunicipal, anteriormente denominado de Águas do Mondego, do abastecimento de água, porque em termos de legislação houve vários decretos, emanados pelo Governo e que constavam no sistema de abastecimento. Mais disse haver ainda uma série de questões que tiveram de ser corrigidas, nomeadamente, os Estatutos, as questões dos suprimentos e as questões dos custos, pois estes terão de ser vinculativos a cinco anos, as iniciativas estratégicas que tinham de ser vinculativas a quinze anos, assim como, o plano de investimento também teve de ser revisto. Acrescentou haver uma recomendação que, na sua opinião era digna de destaque, pois atribuía mais força e mais importância a este modelo de gestão e à sua necessidade de implementação, sendo esta a racionalidade económica, pois o Município de Mira possuía uma insuficiência muito grande na cobertura de gastos, segundo o ponto de vista da ERSAR, e que nas suas recomendações, esta tinha sido apontada. -

---- Concluiu dizendo que o que se apresentava era, no fundo, um acertar de todas as recomendações da ERSAR, assim como, todas as correções aos seus documentos técnicos. Teve tempo ainda para deixar uma palavra de apreço à C.T.I. - Comissão Técnica Independente – constituída por dois ou três técnicos de cada município e que, há alguns meses largos têm reunido todas as semanas para discutirem todas estas questões, a par com os consultores, com o objetivo de prepararem todo o processo, devidamente corrigido à luz das recomendações da ERSAR, para apresentar ao Tribunal de Contas. -----





*Handwritten signature*

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

-----Interveio o Sr. Eng. **André Monteiro (MAR)** esclarecendo o sentido de voto da sua bancada, a qual se iria abster na votação, pois considerava que o documento em apreço era demasiado técnico, assim como, muito extenso e, por conseguinte, não se sentiam seguros e, por isto, iriam dar o benefício da dúvida e abster-se na votação. -----

---- Interveio o Sr. Dr. **Paulo Grego (PS)** explicando que a sua bancada iria manter o sentido de voto já expresso aquando da anterior sessão da Assembleia, a de vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, até porque se sentiam um pouco “escaldados” com a informação que saía para a comunicação social e temia que, daí a pouco tempo, esta viesse dizer que este ponto tinha sido aprovado por unanimidade. -----

---- Assim, terminou declarando que não estavam de acordo com esse projeto e nem nunca estiveram. -----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----Submetido a votação, o ponto dois da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com uma abstenção do MAR (Movimento Autárquico Renovador), oito votos contra do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD (Partido Social Democrata).-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto três da ordem do dia.-----

----- **PONTO TRÊS: Aprovação final, nos termos da alínea g), do n.º. 1, do art.º. 25.º. do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais**-----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----



22

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** mencionando que este ponto vinha no seguimento do anterior e dizia respeito ao regulamento propriamente dito e explicou que também este teve de ser ajustado e adequado às recomendações da ERSAR. -----

-----**VOTAÇÃO** -----

-----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 8 abstenções do PS (Partido Socialista). -----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação final, nos termos da alínea g), do nº. 1, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, do Regulamento de Gestão de Resíduos do Município de Mira.** -----

---- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo considerar que este era um dos documentos mais importantes desta ordem de trabalhos, o qual o Município de Mira estava prestes a aprovar. -----

---- Continuou referindo que, para além de ter estado em discussão pública, também este documento teve parecer positivo por parte da ERSAR, embora com recomendações, as quais foram prontamente acatadas. Mais disse que, nesse momento, o cumprimento do regulamento apenas dependia do esforço de todos e do Município também, o qual iria encetar um programa de comunicação, de prevenção e de aviso junto das pessoas, das novas medidas. Constatou que, já na posse do quadro legal e do quadro legislativo, se poderia aplicar as coimas e fazer cumprir a lei. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. **André Monteiro (MAR)** que iniciou por se lamentar pelo facto de o Executivo não ter aceite a sugestão de incluir, junto dos contentores, um outro de recolha para os resíduos sólidos verdes urbanos, salientando que não



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representaria grandes custos para a Câmara Municipal. Mais considerou que a solução apresentada não era viável. -----

---- Interveio o Sr. **Tiago Cruz**, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, o qual reforçou a importância da aprovação desse documento e acrescentou que pecava por tardia. Aduziu que, realmente importante, era que se juntassem esforços, Câmara e Juntas de Freguesia, na tentativa de criar alternativas para que as pessoas colocassem esses resíduos, quer fossem verdes, entulho ou outros materiais. E, nesse sentido, garantiu que a sensibilização, a par com a fiscalização, eram fatores essenciais, sendo certo que, mesmo com a criação de um ecocentro municipal, ou até, de vários pontos de recolha, a solução não seria essa, mas sim, o criar de condições, em vários pontos do Concelho, onde as pessoas pudessem depositar este tipo de resíduos. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, que subscreveu as anteriores intervenções e reforçou a ideia de que só em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia se iria conseguir alcançar o pretendido e esse passaria pela criação de alguns pontos de recolha, por uma campanha de informação, de forma a motivar as pessoas, “ensinar-lhes o caminho”, apresentando-lhes soluções práticas. -----

---- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, tecendo algumas considerações, nomeadamente, a importância de se regulamentar e de se definirem as regras. Contudo, referiu que não se podia estar, eternamente, à espera de se fazerem novos contratos, nesse caso com a SUMA, para acionar os mecanismos necessários. Mais disse que não tem havido, por parte do Executivo Municipal, uma estratégia de educação à população. Assim, esperava que daqui por diante essa estratégia aparecesse, se pusesse em prática e que fosse uma atividade conjunta da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, salientando que da parte da Junta de Freguesia da Praia de Mira essa vontade de colaborar sempre existiu. Mais referiu que na Junta de Freguesia que representava, essa prática era recorrente, há mais de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois anos, embora não fosse da sua competência, até porque não possuíam espaços que servissem como depósitos. -----

---- Concluiu a sua intervenção assegurando que a solução para esse problema passaria sempre pela implicação de todos os intervenientes, sendo certo que a definição de estratégias competia ao Executivo. -----

---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, informando que na freguesia da qual era presidente, todos estes resíduos eram recolhidos casa a casa, pelo trator da junta de freguesia e posteriormente eram entregues na empresa Leal & Soares, que os recebia e lhes dava o devido tratamento. Mais disse não ser uma solução definitiva, mas que servia até se encontrar outra melhor. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, informando que se tinham dado passos dentro de uma determinada estratégia e, tal como já havia referido, sem quadro legal, nem tudo se podia fazer. -----

---- Em relação às campanhas de sensibilização, informou que o contrato com a SUMA as contemplava e que já neste mandato tinham sido colocados nos contentores, avisos sobre a forma como devia ser feita a reciclagem desses resíduos. Mais informou que já foi feito um projeto de um Ecoponto e que a recolha de monos, por parte da SUMA, estava a funcionar, e bem. -----

---- Com tudo isto, constatou que havia uma evolução positiva e que efetivamente, já se tinha feito algum trabalho. -----

**-----VOTAÇÃO -----**

---- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 1 voto contra do MAR (Movimento Autárquico de Renovação), 7 abstenções do PS (Partido Socialista) e os restantes votos a favor, do PSD (Partido Social Democrata). -----

---- **Declaração de Voto:** Dr. João Luís Pinho (PS) declarou ter votado a favor, pois considerava que este era o primeiro passo para que o caminho certo fosse traçado. -----



NC

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**PONTO CINCO: Aprovação da 2ª. revisão orçamental e 2ª. revisão das GOP's – Ano de 2019, nos termos preconizados da alínea a) do n.º. 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que este ponto se tratava da revisão orçamental, da criação das rubricas para o empréstimo já aprovado na última reunião de Câmara. -----

---- Continuou, constatando que no documento em apreço, na tabela 1 – Projetos a Financiar por Empréstimo MLP, nomeadamente, reparação, manutenção e pavimentação de arruamentos e ciclovias no concelho de Mira, com o montante atribuído de 1.450.000,00€, reabilitação do complexo desportivo de Mira, com o montante atribuído de 100.000,00€ e renovação do parque de máquinas e equipamentos do Município de Mira, que contempla a aquisição de dois camiões, uma retroescavadora e de algum material para equipar o armazém e os serviços municipais. -----

----Mais disse que a decisão política de contrair este empréstimo foi muito bem ponderada, cumpria todos os requisitos legais e que, nesse momento, o Executivo Municipal detinha uma capacidade de endividamento de 13 milhões de euros e que, todos os anos, poderiam ir buscar 20% desse valor, o que correspondia a 2 milhões e 172 mil, mas dos quais apenas usufruíam de 1 milhão e 850 mil. Esclareceu que a Câmara Municipal possuía essa capacidade de endividamento porque cumpria as regras orçamentais e acentuou que este empréstimo não servia para pagar dívidas existentes, mas sim, para fazer investimento. Assim, esclareceu que tinha sido feito um levantamento das necessidades do Município, das que não eram cobertas pelos Fundos Comunitários, logo, se não fosse por esse financiamento não se teria a hipótese de as sanar. -----

---- Concluiu, reiterando que, havendo a possibilidade de contrair um empréstimo





*Handwritten signature*

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

e através deste poder proporcionar bem-estar às populações, não poderiam deixar passar a oportunidade. -----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

---- Interveio o Sr. **Paulo Grego** (PS) dizendo que nessa segunda revisão orçamental e, na sua opinião, esta tinha servido mais para a integração do saldo de gerência do que, propriamente, com a autorização ou não do empréstimo. ---

---- Relativamente à integração do saldo da gerência, constatou que havia um reforço e a verba maior desse reforço, de 60% em relação ao anterior, dizia respeito à rubrica despesas de pessoal, dos órgãos da autarquia, em regime de tarefa ou avença. Sobre isto, pediu esclarecimentos. -----

---- Em relação ao empréstimo, disse registar com agrado o facto de terem optado por essa linha de ação para o investimento, não querendo com isto dizer que eram favoráveis ao empréstimo. Contudo, o seu propósito inicial era positivo.

---- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e corroborou as palavras do seu colega de bancada. Porém, afirmou não perceber o porquê de ter de se recorrer ao endividamento para se conseguir fazer empréstimo, até porque, o orçamento municipal estava cada vez mais comprometido com despesas correntes e era esgotado com outro estilo de decisões, sendo evidente que cada vez mais sobrava menos dinheiro para investimento. -----

---- Mais disse que, se o Executivo Municipal, como disso era exemplo o reforço de 60% na despesa com pessoal, continuasse nesse caminho, tornar-se-ia muito difícil sobrar dinheiro para se fazer investimento e, uma vez que este era uma necessidade premente e não existindo dinheiro para tal, ter-se-ia que recorrer à banca e, nesse momento, a dívida da Câmara Municipal aumentaria. Posto isto, quis saber quando se iniciaria o pagamento deste empréstimo e se a liquidação da primeira tranche seria em simultâneo ao contrair do empréstimo. -----



*Handwritten signature and initials*

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- De seguida e cingindo-se à parte concreta desse investimento, questionou sobre o que o Município ficava obrigado a cumprir e sobre qual seria a penalização a que ficaria sujeito, no caso de haver mudança na direção desses investimentos e consequentemente, qual o destino desse dinheiro. -----

---- Quis também saber e perceber se nos últimos anos e na passagem de executivos camarários tinha havido pagamento de indemnizações por cessação de comissão de serviço e, se sim, a quem. -----

---- Questionou ainda se, nesse momento, existiriam funcionários que tivessem sido contratados e que reunissem condições para serem indemnizados por fim de vínculo contratual ou por situações similares, referindo-se também ao Executivo e ao seu gabinete. -----

---- Interveio o Sr. **Pedro Nunes** (PSD) que se manifestou agradavelmente surpreendido com as anteriores intervenções. Mais disse que, quando o ponto assunto empréstimo vier à Assembleia, desejava que esta sintonia ainda existisse. -----

---- Continuou, dizendo que não era a primeira vez que se contraía um empréstimo para investimento e que, quando assim acontecia, este era sempre bem vindo e, sobretudo esse que estava em discussão, pela forma como tinha sido pensado pelo Executivo, pois, se assim não fosse, provavelmente, algumas aldeias do Concelho estariam em piores condições. -----

---- Terminou, desejando que o Executivo possa aplicar bem esse dinheiro, ou seja, em prol do bem-estar comum das pessoas do Concelho e privilegiando as zonas mais carenciadas. -----

---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, referindo que, se a Câmara Municipal tinha a capacidade de endividamento, o que não se verificava em muitos concelhos do país, o Executivo devia aproveitar a oportunidade e investir mais em todo o Concelho. -

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** interveio parabenizando o Sr. Presidente da Câmara pela sua vontade de fazer investimento, uma vez que o



## MUNICÍPIO DE MIRA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho estava carenciado de infraestruturas. Mais disse que o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, devia ter sido mais audacioso e ter aproveitado o financiamento na sua totalidade, pois assim seria mais fácil investir em infraestruturas e, conseqüentemente, proporcionar bem-estar à população. -

**-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**

-----Interveio o Sr. Presidente da Câmara esclarecendo que o acréscimo de 60% nas despesas com pessoal, referentes a contratos de avença e tarefa, dizia respeito, em concreto, aos contratos de tarefa para o parque de campismo e para a piscina municipal e, uma vez que tinham deixado de trabalhar com as empresas de trabalho temporário, mas continuavam a precisar de funcionários. Assim, decidiram fazê-lo através de contratos de tarefa, com os quais os funcionários ficaram beneficiados, ou seja, passaram a ganhar mais e o Município a gastar menos, porque já não precisava de pagar todas aquelas comissões às empresas de trabalho temporário. -----

---- Esclareceu também que, quanto às despesas correntes, de tudo tem sido feito para que estas diminuam, mas esse era um trabalho moroso. -----

---- De seguida, quis deixar bem claro e, nesse sentido explicou, ainda referente ao empréstimo, que este era um processo que ia ao Tribunal de Contas para obter visto e onde estava muito bem explanado qual o uso a dar a este dinheiro. Mais disse que este era disponibilizado contra fatura e que tinham sido seguidos, à risca, todos os procedimentos inerentes. -----

---- Continuou, reportando-se ao tempo da sua entrada como executivo camarário, em 2013 e referiu que, nessa altura, esta detinha uma dívida à banca de 1 milhão e 721 mil euros. Em 2018, detinha uma dívida de 372 mil euros, a qual se mantinha atual e que, em breve se iria abater 50 mil euros. Posto isto, realçou o facto de que no final de 2021, a Câmara Municipal irá ter uma dívida de 18 mil euros, ou seja, desde o início do seu trajeto como executivo municipal até ao momento presente, já foi pago 1 milhão e 400 mil euros, grosso modo, ao qual terá de se juntar uma parcela de 600 mil euros, referentes à AIBAP, que



Handwritten signature and initials in blue ink.

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava em processo de insolvência. -----

---- Com tudo isto, pretendeu realçar que todo o processo relativo ao empréstimo foi muito bem ponderado e calculado. -----

---- Quanto ao aumento da despesa com pessoal, este deveu-se ao aumento do salário mínimo. Mais questionou sobre o número de funcionários camarários aquando do seu início enquanto Executivo e o número atual, mesmo após a regularização dos precários. Acrescentou que, ainda há pouco tempo, foi paga uma indemnização aos sapadores florestais, resultante de um pedido de parecer à CCDR. -----

---- Quanto à questão dos membros de gabinete, esclareceu que a lei que obrigava a pagar indemnizações, as de reintegração indemnizatória, já não existia. Contudo, estes tinham direito a férias, subsídio de férias, recebendo os duodécimos referentes aos anos que cumpriram, tratando-se apenas de direitos laborais. -----

---- Concluiu, dizendo que, quanto às comissões de serviço, não tinha conhecimento de que se tenha pago alguma indemnização. -----

---- Interveio o Sr. **Paulo Grego** (PS) e deu conta de duas notas. Na primeira, questionou o porquê de se encaixar nos órgãos da autarquia, essa despesa de 43 mil euros, com despesas de pessoal e não na divisão que tutelava o parque de campismo e a piscina municipal. A segunda nota dizia respeito ao número de funcionários e comprometeu-se a redigir um requerimento, dirigido ao Sr. Presidente, no qual pedirá esclarecimentos, por escrito, sobre este assunto, uma vez que julgava não haver consenso quanto ao número exato. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** e explicou que os aumentos com os contratos de tarefa se referiam aos tarefeiros e que eram classificados com rubricas diferentes, mas o valor era o mesmo. Por isto, devia ser uma questão técnica que talvez tivesse a ver com o classificador económico. -----

-----**VOTAÇÃO**-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia foi **aprovado por maioria, com oito votos contra**. Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia foi **aprovado por maioria, com 8 votos contra** do PS (Partido Socialista).

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto seis da ordem do dia. -----

---- **PONTO SEIS: Regulamento de organização dos Serviços Municipais do Município de Mira – alteração e criação de unidade orgânica de 3º grau e 1ª. alteração ao mapa de pessoal para 2019 - D.L. n.º 305/2009 de 23 de outubro na atual redação.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** salientando que, em virtude do funcionamento interno diário da Câmara Municipal, tornou-se deveras pertinente a criação de uma unidade intermédia, denominada unidade de chefia intermédia, para a área financeira. Essa necessidade surgiu devido ao aumento do volume de trabalho, em parte, por causa das novas competências que o Município terá de assumir, assim como, devido ao SNCAP – Serviço de Normalização Contabilística na Administração Pública -, o que implicou o implementar de regras bastante importantes e que se tratava de uma das recomendações emanadas pelo seu oficial de contas e, já se estava a pôr em prática a implementação da gestão de custos, ou seja, uma avaliação pormenorizada de todos os custos. -----

---- Concluiu, esclarecendo que esta unidade de chefia intermédia era para a área de contabilidade, aprovisionamento e património. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções. -----

-----**1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

-----Interveio o Sr. **Paulo Grego (PS)** manifestando a dificuldade que teve em encontrar, no site da câmara municipal, o Regulamento de Organização dos





22

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Serviços Municipais do Município de Mira, logo, não sabia quais os requisitos necessários para o preenchimento desse lugar, nomeadamente, qual a licenciatura requerida, qual o vencimento, entre outra informação essencial para a decisão, no momento da votação. Contudo, acrescentou que ficou claro que se tratava, apenas, de um cargo de dirigente. -----

---- Interveio o **Sr. Presidente** em resposta à intervenção do Sr. Deputado Paulo Grego e disse que, quanto à licenciatura, isso seria densificado à posteriori. ----

---- Quanto ao regulamento em causa, assegurou que, e segundo informação dos serviços, esse estava disponível no site da câmara municipal. Mais acrescentou que, em último recurso, poderia sempre consultar o Diário da República. -----

**-----Votação-----**

-----Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 8 votos conta do PS (Partido Socialista) e uma abstenção do MAR (Movimento Autárquico de Renovação).-----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto sete da ordem do dia. -----

**-----PONTO SETE: Eleição do representante do Órgão Deliberativo para fazer parte da comissão consultiva do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Mira, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º 7.º, da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro. -----**

-----Proposta do PSD (Partido Social Democrata), única, proferida pelo chefe de bancada, o Deputado Pedro Nunes, o qual propôs a Sra. Deputada Telma Salvador, a qual foi eleita **por maioria**, com sete abstenções. -----

**-----PONTO OITO: Integração de servidão no domínio público municipal (alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação) -----**

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

**-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----**



72

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----O Sr. **Presidente da Câmara** explicou que se tratava de um caminho particular, na Valeirinha, o qual passou a integrar o domínio público municipal. -

-----**Votação**-----

-----Submetido a votação o ponto oito da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**. -----

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto nove da ordem do dia.-----

-----**PONTO NOVE: Autorização, nos termos da alínea j), em articulação com a alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para celebração de protocolo entre o Município de Mira e a Junta de Freguesia do Seixo, para limpeza da Zona Industrial de Mira – Pólo II e aprovação da respetiva minuta.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----O Sr. **Presidente da Câmara** referiu ser de elementar justiça a assinatura desse protocolo, por forma a que a Junta de Freguesia do Seixo continue a desempenhar o excelente trabalho de limpeza e manutenção das zonas industriais, neste caso específico, do Pólo II. -----

---- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, realçando que, por se tratar da assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal e uma junta de freguesia, não poderia nunca ser contra. Contudo, acrescentou não se sentir confortável em votar favoravelmente, pois, considerava não haver uma linha de atuação coerente sobre todas as juntas de freguesia, relativamente a todas as áreas e sobre todas as situações resolvidas pelas mesmas, nos seus territórios, noutras matérias e trabalhos, em substituição ao município. Assim, acrescentou que quando este protocolar todas essas matérias, nesse momento sim, sentir-se-á motivado para votar a favor. ---

---- Quanto ao acordo de execução propriamente dito, disse parecer-lhe que se estava a duplicar situações já existentes, entre as próprias juntas de freguesia. -



72

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Concluiu, referindo que não era esse acordo que o chocava, mas sim, o facto de não existirem acordos iguais com as outras juntas de freguesia. -----

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara**, esclarecendo que esse acordo, com a Junta de Freguesia do Seixo, contemplava a limpeza e manutenção de uma área muito extensa. -----

-----**Votação**-----

----Submetido a votação o ponto nove da ordem do dia foi **aprovado por maioria**, com 8 abstenções do PS (Partido Socialista).-----

----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dez da ordem do dia.-----

----**PONTO DEZ: Pedido de emparcelamento dos terrenos cujo direito de superfície se encontra constituído a favor do Centro Social Paroquial do Seixo de Mira, ao abrigo do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----**Votação**-----

----Submetido a votação o ponto dez da ordem do dia foi **aprovado por unanimidade**.-----

----**PONTO ONZE: Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, das Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos em atraso e Recebimentos em atraso – ano de 2018.**-----

----Tomado conhecimento.-----

----**PONTO DOZE: Tomada de conhecimento do ante-projeto de melhoria da qualidade da água – 1ª. fase (construção de Estação de tratamento de Águas – ETA, reabilitação de instalações e constituição de reservas).**-----

----Tomado conhecimento.-----

----**PONTO TREZE: Tomada de conhecimento da aprovação do projeto de execução de “Fecho de sistemas de saneamento – Lote 1: ZI’s, Seixo e Cabeças Verdes”.**-----



*Handwritten signature*

**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----Tomado conhecimento. -----

-----**PONTO CATORZE: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2018, nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.** -----

----- Tomado conhecimento. -----

-----**PONTO QUINZE: Descarga de Efluentes, sem tratamento, pela Estação Elevatória das Cochadas – Mira/Cantanhede – Interposição de providência Cautelar.** -----

-----Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o documento.

-----**1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

-----O Sr. Presidente da Câmara explicou que se tinha chegado ao momento de tomar uma posição e decidiu interpor uma providência cautelar, a qual tinha dois sentidos. A saber: o de obrigar as Águas Centro Litoral a tomarem medidas e que se abstivessem da prática desses atos. -----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.-----

---- Interveio o Sr. André Monteiro (MAR) e pediu explicações sobre como tudo, relativo a esse assunto, estava a ser feito e também, de como essa situação deveria ser resolvida. -----

---- Interveio o Sr. Luís Pinho (PS) e referiu que essa tomada de posição muito o agradava e sugeriu que, em simultâneo, fossem tomadas outras medidas, à semelhança do que acontecia em outros municípios. -----

---- Interveio o Sr. Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira, o qual declarou que subscrevia a cem por cento essa tomada de posição. -----

-----**Votação**-----

-----Submetido a votação a tomada de posição foi aprovada **por unanimidade**. -----

---- **Declaração de Voto.** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Interveio o Sr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, e declarou que votava favoravelmente a proposta porque nela se revia. No entanto, acrescentou que essa vontade não apagava as incongruências na gestão de todo esse processo e em algumas atitudes de irresponsabilidade e até, de inércia, por parte do atual Executivo, o qual não era, certamente, culpado pelo aparecimento de algumas situações, mas, quem o representava foi com essas conivente, pois não atuou em conformidade. -----

---- Interveio o Sr. **Artur Fresco**, Presidente da Junta de Freguesia de Mira e, na sua declaração de voto, manifestou o seu agrado por ter sido o Executivo Municipal a propor esta medida, se bem que, nenhuma outra bancada tivesse trazido a proposta de uma tomada de posição. -----

---- Terminada a ordem de trabalhos o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu o dia 29 de abril, segunda-feira, pelas 15h00, para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, o que foi ponderado e aceite pelos presentes. -----

**-----ENCERRAMENTO -----**

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte e uma horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas por unanimidade em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O 1.º Secretário

Nelson Miranda Cadete

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)